

**08 a 10
Abril
2017**



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

ASSALTO NA SERRA

Bandidos invadem fórum e roubam mais de 150 armas

Ladrões alugaram um cerimonial ao lado do fórum e abriram um buraco na parede

Bandidos roubaram mais de 150 armas, de vários tipos e calibres, do Fórum da Serra. O crime aconteceu entre 14 horas e 15 horas, numa ação ousada dos criminosos. A perícia passou a tarde no local e ainda não há informações sobre os suspeitos de terem cometido o crime.

De acordo com o diretor do Fórum, o juiz da 1ª Vara Criminal da Serra, Alexandre Farina, o roubo foi descoberto pelo caseiro de um cerimonial que funciona ao lado do prédio. Foi ele que comunicou sua desconfiança ao segurança do fórum, que imediatamente acionou o juiz.

Segundo Farina, as investigações iniciais apontam que o cerimonial, que faz divisa com o estacionamento do Fórum, foi alugado para a realização de um almoço de casamento que aconteceria ontem. A tarde, o caseiro passou pela região e, não vendo movimento no local, decidiu perguntar a uma das pessoas que tinham alugado o espaço o motivo da festa não ter acontecido. "Havia



O Fórum da Serra faz divisa com o cerimonial que os ladrões alugaram fingindo que iriam realizar festa

uma tenda instalada no local e falaram para o caseiro que era para esconder a noiva. Na prática ela escondia o buraco que foi feito no muro", relatou o juiz.

Quando Farina e os policiais chegaram ao local descobriram que um buraco havia sido feito no muro e, por ele, os ladrões tiveram acesso ao prédio onde está localizada a sala de armas. No mesmo prédio - que fica na parte de trás do fórum, junto ao estacionamento -

ficam os arquivos de todas as varas judiciais. "Não mexeram em nada. Não há nenhum bagunça. Foram direto até as caixas de armas e as levaram", relatou o juiz.

ARMAS

O diretor do fórum explicou que um levantamento está sendo realizado para saber quantas armas foram levadas do local. A estimativa inicial de que lá haviam pelos menos umas 150 armas.

LEVANTAMENTO

"Só vamos confirmar o número exato após o levantamento que já está sendo feito. Mas havia todo tipo de arma, como pistolas e revólveres"

ALEXANDRE FARINA
DIRETOR DO FÓRUM

O material foi recolhido dos diversos tipos de crime julgados nas varas criminais e elas estavam sendo recadastradas para serem enviadas para a destruição, no exército, na próxima quarta-feira.

Farina não adiantou as linhas de investigação, mas falou sobre sua suspeita pessoal. "Os ladrões sabiam a localização exata das armas e que elas seriam levadas para destruição na quarta-feira. Muita

DESTRUIÇÃO



"As armas seriam levadas na próxima quarta-feira para o Exército, onde seriam destruídas. Já tínhamos até solicitado escolta"

ALEXANDRE FARINA
DIRETOR DO FÓRUM DA SERRA

coincidência", assinalou.

IMÓVEL

De acordo com as informações da Assessoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça, um chamamento público já tinha sido feito para alugar um imóvel. Para o novo local seriam transferidos as Varas Cíveis. O atual Fórum da Serra Sede passaria a abrigar apenas o Fórum Criminal. A Delegacia de Crimes Patrimoniais vai cuidar do caso.

Ladrões roubam mais de 150 armas do Fórum da Serra

Bandidos alugaram cerimonial e entraram no prédio a partir de buraco feito na parede. Armamento seria entregue ao Exército

Rafael Louzada

Em uma ação ousada, ladrões roubaram mais de 150 armas, dos mais variados calibres, do Fórum Desembargador João Manuel de Carvalho, em Serra-Sede, na Serra, na tarde de ontem. As informações, extraoficiais, foram passadas por policiais.

Segundo o diretor do Fórum, o juiz da 1ª Vara Criminal da Serra, Alexandre Farina, no sábado, bandidos alugaram espaço de um cerimonial ao lado do prédio da Justiça, e ontem, por buraco aberto na parede, invadiram o armazém onde estava o armamento, que seria entregue ao Exército na próxima quarta-feira. A Polícia Civil esteve no local durante o dia de ontem.

Farina pontuou que o número preciso do armamento roubado, que vai de pistolas a revólveres, ainda está sendo levantado. “Não existe um número correto, essas armas estavam sendo recadastradas, estávamos terminando todo o inventário”, afirmou o juiz.

O caso é investigado pelo delegado Jordano Bruno, chefe da Divisão de Repressão aos Crimes contra o Patrimônio (DRCCP), e Fabiano Rosa. Há suspeita de participação de funcionários do órgão.



DIVULGAÇÃO

LADRÕES usaram som alto para abafar invasão ao Fórum da Serra

“O que causa estranheza é que os criminosos foram direto ao local onde estavam as armas, sendo que perto há mais quatro armazéns. O armazém é um prédio anexo que fica no pátio do Fórum. Seria leviano afirmar agora que teve participação interna, mas é estranho”, ponderou o magistrado.

O caseiro do cerimonial, que descobriu o crime, relatou que um homem pediu o local para realizar almoço de noivado ontem. mas o

talada no local foi usada pelos bandidos para ocultar a ação criminosa, que ocorreu entre as 9h e as 16h, segundo o juiz.

Segundo Farina, o buraco aberto na parede parecia ter sido feito por uma serra, conforme disse a perícia. Os ladrões teriam colocado som



O DIRETOR DO FÓRUM da Serra, juiz Alexandre Farina, disse que ladrões sabiam onde armas estavam

alto para abafar o barulho, segundo o vigilante patrimonial responsável pela segurança do Fórum.

A assessoria do Tribunal de Justiça do Estado informou em nota que há mais de três anos que não se registra roubo de armas em fóruns. O último foi em 2014, na Vara da

Infância e da Juventude da Serra.

“Já furto interno, com apoio de estagiário e PM, aconteceu há mais de um ano e meio. Foi no final de 2015, no Fórum de Vila Velha, em Boa Vista. O estagiário e o PM foram presos. Das 21 armas roubadas, 16 foram recuperadas”, disse o TJ.

Garoto finge desmaio para não ser preso

Um adolescente, de 14 anos, gritou, esperneou e fingiu um desmaio para não ser pego pela Polícia Militar, na madrugada de ontem, em Cariacica.

Ao ser flagrado com 20 pinos de cocaína, um papelote da mesma droga, oito pedras de crack e três buchas de maconha e outros quatro pinos vazios, ele acabou detido por tráfico de drogas, no bairro Vila Independência.

O flagrante aconteceu às 5h30, na travessa Pinheiros. Os militares que atenderam à ocorrência con-

taram que o menor foi visto com outros três suspeitos, não identificados, na região conhecida como Morro dos Gama.

Enquanto realizavam o patrulhamento, os policiais suspeitaram que os quatro estariam traficando drogas na região, e tentaram uma abordagem. No entanto, três deles, sendo um armado, fugiram e o menor acabou sendo capturado. O garoto fingiu desmaiar para não ser detido. Ele foi autuado por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas e será apresentado à Justiça.

Nova lei para estacionamentos

Administradoras não podem mais exibir placa dizendo que não se responsabilizam por roubos, danos ou furto dos veículos

Weslei Radavelli

Agora é lei. Nenhum estacionamento, seja particular ou gratuito, no Estado poderá ter afixada a placa "Não nos responsabilizamos por objetos deixados no interior do veículo".

ANTONIO COSME - 26/02/2016



“O Procon Estadual vai fiscalizar os estacionamentos e o cumprimento da lei, mediante as denúncias apresentadas”

Denise Izaita, diretora do Procon-ES

dos no interior do veículo”.

O objetivo é que administradoras dos estacionamentos de locais como shoppings, supermercados, bancos e hospitais cumpram o Código de Defesa do Consumidor, que exige o ressarcimento em casos de roubo, danos ou furto dos veículos no estacionamento.

A orientação faz parte da Lei Estadual 10.634/2017, sancionada pelo governador Paulo Hartung e publicada no Diário Oficial do Estado na última quinta-feira.

Pela nova lei, as empresas não poderão mais exibir esses dizeres em placas, sob pena de multa entre R\$ 3,1 mil a R\$ 31 mil.

De acordo com o deputado estadual Gilsinho Lopes, autor do projeto, a proposta é proteger o cidadão, e garantir um direito já estabelecido na legislação.

“O Código de Defesa do Consumidor já protege o cidadão, então não tem por que os estacionamentos afirmarem algo que já é de responsabilidade deles. A partir do momento que você paga para utilizar esse serviço, eles têm de oferecer segurança para o bem do consumidor”, explicou.

A diretora-presidente do Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-ES), Denise Izaita, afirmou que a nova lei vai reforçar os direitos do consumidor, oferecendo a ele o acesso ao que já é garantido no código nacional e na súmula 130 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“O consumidor passará a não ter



PLACAS sobre a responsabilidade (destaque) de administradoras deverão ser retiradas de estacionamentos

acesso a uma informação inverídica, que limitava os seus direitos já garantidos. A partir de agora, as empresas e administradoras que descumprirem podem ser punidas com multa”, afirmou.

De acordo com o artigo 51, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, enquanto o veículo estiver

sob os cuidados de empresa administradora de estacionamento, ela não pode se eximir da responsabilidade pela manutenção da integridade do veículo, devendo reparar os eventuais prejuízos, caso seu veículo seja furtado, roubado ou sofra qualquer tipo de avaria.

Em 2016, o Procon recebeu 75

queixas ligadas a estacionamento. Já nos três primeiros meses do ano, o órgão já recebeu 32 queixas

“O Procon vai fiscalizar o cumprimento da lei, mediante as denúncias apresentadas”, reforçou.

As administradoras de estacionamentos terão um prazo de 90 dias para se adequar à nova lei.

FOTOS: ROBERTO GAVINHAZ

Erick garante emenda que deve enterrar CPI da Cesan

O presidente da Assembleia Legislativa, Erick Musso (PMDB), disse ontem que não irá acatar a questão de ordem do deputado Sergio Majeski (PSDB). O tucano quer barrar a votação da redação final da emenda que permitirá a retirada de apoio do pedido de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito da (CPI) da Cesan até antes da leitura no plenário.

A emenda foi inserida após manobra do líder do governo, Gildevan Fernandes (PMDB), dentro de um projeto de resolução de autoria de Majeski que obriga a divulgação do voto dos parlamentares no site da Casa.

O tucano alega que a emenda infringe o artigo 169 do regimento interno que proíbe a votação de emenda sem ligação com o objeto do projeto.

Pela regra atual, os parlamentares não podem retirar as assinaturas dos pedidos de CPI após o protocolo. “Embora a emenda não tenha sido sobre publicidade, o projeto também modifica o regimento. A origem é a mesma. Não vai ser acatado o pedido de ordem. Se o projeto recebeu uma emenda, volta para Comissão de Justiça”, diz Erick.

Majeski disse que “provavelmente” deve ir à Justiça para barrar a votação. “Argumento descabido. Se assim fosse, não seria preciso ter o artigo 169, bastaria dizer que qualquer emenda poderia ser aceita.”

José Esmeraldo (PMDB) disse que irá retirar a assinatura, o que inviabiliza a CPI.

THIAGO COUTINHO - 20/02/2017





O DIRETOR do Fórum de Vitória, juiz Marcelo Loureiro, explicou que projeto está em fase de elaboração

QUE FIM LEVOU?

Fórum só vai mudar de endereço ano que vem

Novo prédio, cedido pela União, que fica próximo à Praça Oito, no Centro, vai receber 12 varas e a direção do Fórum de Vitória

Lorrany Martins
Rayza Fontes

O Fórum de Vitória vai mudar de endereço. No entanto, o atendimento no novo prédio, no edifício Jerônimo Monteiro, no Centro de Vitória, só deve começar em 2018.

De acordo com o diretor do Fórum de Vitória, o juiz Marcelo Loureiro, o prédio já foi concedido pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), como an-

tecipado na reportagem de *A Tribuna* em março de 2016, mas ainda vai passar por reformas.

“Já recebemos oficialmente o imóvel, mas o prédio precisa passar por reformas amplas na parte estrutural. Estamos na fase da elaboração do projeto e depois a licitação de compra de material e execução de obra”, explicou.

Atualmente o prédio é utilizado pelo governo federal como arquivo para a SPU, Controladoria-Geral da União e Receita Federal. Com o acordo de cessão, ou seja, a utilização sem a necessidade de pagamento de aluguel feito entre o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) e a SPU, o prédio vai abrigar 12 Varas e mais a direção do Fórum de Vitória.

“Ainda não se sabe quais as varas que vão ser transferidas para o novo prédio, mas a ideia é que seja

um local com varas que se comuniquem, que trabalhem com assuntos próximos”, disse.

Segundo o superintendente da SPU-ES, José Carlos de Oliveira Machado, o arquivo do órgão ocupa somente a sobreloja do prédio e vai continuar no local por tempo indeterminado. Já o arquivo da receita federal deve ser movido para o novo prédio do órgão assim que as obras forem concluídas.

De acordo com o responsável pela SPU, a mudança estava sendo aguardada há algum tempo e vai beneficiar todos os envolvidos, e principalmente os capixabas.

“Nosso prédio estava sendo subutilizado e inclusive estava prestes a ser vendido. Com a cessão, todos os lados se beneficiam e o prédio vai poder, por exemplo, ser reformado”, explicou o superintendente.

ENTENDA O CASO

Instalações vão ser restauradas



PRÉDIO na Praça Oito: reformas

Como funciona

> ATUALMENTE, 58 varas funcionam na capital, sendo 28 no Fórum Cível e 12 varas no Fórum Criminal. As outras varas estão distribuídas em prédios da cidade.

O edifício

> O PRÉDIO – onde era a sede da Justiça Federal – tem 12 andares e 4.470m² e fica próximo à Praça Oito, na avenida Jerônimo Monteiro, Centro.
> A ÁREA do edifício é semelhante a dos dois prédios onde hoje estão instalados o Fórum de Vitória, na Cidade Alta.
> O EDIFÍCIO Jerônimo Monteiro, ao lado da Praça Oito, no centro de Vitória, era a sede da Justiça Federal no Estado. O edifício está sendo utilizado como área de arquivo para a SPU,

CGU e Receita Federal.

Cessão

> O EDIFÍCIO FOI CEDIDO para a utilização pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), para a instalação de varas do Fórum de Vitória.
> O PRÉDIO possui 4.470 m² distribuídos em 12 andares. Será possível a instalação de 12 varas, segundo estimativa feita pelo diretor do Fórum de Vitória, o juiz Marcelo Loureiro.

Reforma

> O TJ-ES ESTÁ trabalhando no projeto de reforma do novo prédio, que inclui restaurar cabearamentos, instalações, elevadores, e outros.

Fontes: Pesquisa AT, SPU e TJ-ES.

SENTENÇAS CURIOSAS

“Tudo no Brasil vira processo”

A grande quantidade de casos pitorescos no Judiciário tem uma explicação relativamente simples para o desembargador aposentado Vladimir Passos de Freitas, presidente da International Association for Court Administration (Iaca), instituição com sede nos Estados Unidos.

“Aqui no Brasil nós não temos a cultura de tentar resolver os assuntos por meio de conciliação. Tudo no Brasil vira processo”, resumiu o desembargador aposentado.

Somente no Espírito Santo, de acordo com o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), são 1.270.284 processos em tramitação nos Juizados Especiais e nos Juizados de 1º Grau Comum.

“Antigamente ainda havia a figura do Juiz de Paz, que fazia a conciliação de pequenos conflitos, mas a Constituição de 1988 praticamente acabou com essa figura. Eu lembro de ter visto o caso de uma pessoa que acionou a Justiça por causa de 10 reais. Isso é um absurdo”, completou.

Como saída para essa situação, Vladimir de Freitas propõe a tentativa obrigatória de conciliação antes da ação ter início e a redução dos recursos disponíveis.

“As soluções para esse problema são cirúrgicas. Poderia ser criada uma lei para criar condições para acionar o Judiciário. Uma dessas

condições pode ser a tentativa de conciliação. Outra medida importante é reduzir o número de recursos, mas sempre que se fala nisso há uma enxurrada de gente contra”, argumentou.

Certa vez, o próprio desembargador, enquanto era promotor público, tomou uma medida curiosa para evitar um processo a mais no Judiciário.

“Tinha uma senhora que chegou dizendo que queria se divorciar do marido porque ele já não estava satisfazendo sexualmente. Chamei o marido para conversar e ele disse que não queria mais ter filhos, por isso havia parado de procurar a mulher”, disse Vladimir.

“Sugeri então que o casal passasse a usar camisinhas, mas a alternativa foi refutada por ser cara demais para o casal. Nesse mesmo instante fui com eles até uma farmácia e comprei uma caixa de camisinha para eles. Evitei um processo e um divórcio ao mesmo tempo”, lembrou-se, aos risos.

“Nós não temos a cultura de tentar resolver os assuntos por meio de conciliação”

Vladimir Passos de Freitas, desembargador aposentado



VLADIMIR DE FREITAS propõe redução de recursos e tentativa obrigatória de conciliação antes da ação ter início

Sentença também serve de lição

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, revela que, muitas vezes o juiz também usa a sentença para ensinar, aconselhar e até ironizar as partes.

“Isso era mais comum antigamente. Hoje as decisões são mais técnicas, mas ainda acontecem casos em que o juiz presta um aconselhamento. O juiz também usa a sentença para ensinar”, comentou.

De acordo com o presidente da Amages, as opiniões emitidas pelo juiz também depende, muito do tipo da ação que está sendo julgada.

“Imagine o magistrado julgando um caso de separação litigiosa, que



TURIBIO: ironia em uma sentença

envolva alienação parental, por exemplo. Nessa situação é comum tecer comentários para evitar sequelas — é quase que um clamor para que essas situações não voltem a acontecer”, esclareceu.

O próprio Turibio comentou uma ironia que chegou a escrever em sentença. “Era o caso de uma venda de piscina. O vendedor reclamou que não havia recebido, mas assinou a nota com os dizeres ‘pagamento à vista’. Julguei impropriedade por conta desse documento e ainda escrevi que ‘o Direito não protege quem cochila’. Mas rapaz... O advogado ficou brabo demais”, lembrou, aos risos.

ALGUNS CASOS

Exmo ou esmo?

Um advogado, no mínimo desatento, cometeu um pequeno equívoco quando substituiu Exmo, abreviação de Excelentíssimo, por Esmo, avaliação que se realiza de maneira aproximada, e enviou a petição sem revisar.

Pênalti mal marcado

Eis que o advogado virou um juiz — não de Direito, mas sim de uma partida de futebol. Zero a zero no placar, 44 minutos do 2º tempo e um pênalti duvidoso para o time visitante. Com o juiz ninguém reclamou, mas faltou coragem para a equipe botar a bola para dentro da rede.

Inauguração

Ao chegar para inaugurar um hospital em Alegre, o ex-governador Gerson Camata foi orientado pelo juiz da cidade a não pedir votos, já que era período eleitoral. “Cheguei e disse. Eu iria pedir votos para o meu candidato, mas como o juiz me orientou a não pedir, eu não vou dizer que ele é o melhor candidato para a cidade”, lembrou Camata, aos risos.



Cricaré, o rio assassino

O rio Cricaré, localizado em São Mateus, é conhecido por ser um rio de águas tranquilas, mas uma vez ele chegou a ser acusado de assassinato. Eis que um homem, certa noite, bebeu demais em um dos bares da re-

gião, caiu no rio e morreu afogado. Prontamente o subdelegado anotou: “Vítima: defunto desconhecido; Acusado: Rio Cricaré; Coautores: pinga, cerveja e uma grande fatalidade do destino.”

OPINIÕES



“A subjetividade sempre vai estar presente no Direito. Ao proferir uma decisão, o juiz apresenta toda a orientação familiar e jurídica que carrega em sua bagagem”

Valdeciliana Andrade, professora de Linguagem Jurídica

“Antigamente a pessoa tinha um problema com vizinho e buscava conversar com ele. Hoje há quase uma indústria da judicialização. Falta um pouco de calor humano”

Ben-Hur Farina, presidente do Sindicato dos Advogados



“Os acordos, além de diminuir a quantidade de casos em tramitação, têm um índice de descumprimento muito menor do que os de sentença, por exemplo”

Trícia Navarro, juíza da 1ª Vara Cível de Vitória

ANÁLISE



Paulo Abigenem Abib, juiz do 4º Juizado Cível Especial de Vitória

“Decisão judicial é algo muito subjetivo”

No decorrer do meu período como juiz já encontrei diversos casos inusitados e, às vezes, até engraçados. Mas o juiz precisa verificar o que de fato ocorreu por trás dessa história curiosa.

Já chegaram para mim casos em que uma pessoa encontrou um prego numa moqueca, um pedaço de estilete em determinado item de padaria — que são situações inusitadas —, mas que cabem danos morais e depois viram piada.

A decisão judicial é algo muito subjetivo e o juiz até pode expor sua posição, sua opinião, mas precisa tomar cuidado para não acabar sendo politicamente incorreto.

Antigamente, tais posições acabavam aparecendo mais constantemente nas decisões. Hoje essa decisão está mais baseada na parte técnica.

Dessa forma, o juiz pode expor suas convicções de forma fundamentada e, ainda assim, passar uma mensagem educativa, ética, para as partes envolvidas.

SENTENÇAS CURIOSAS

Juiz defende direito de lagartixas

O livro "Pitoresco Judiciário", do advogado Nacyr Amm, traz outros casos, como o de uma viúva que pede divórcio do marido morto

Giordany Bossato

A seriedade presente no dia a dia do sistema judiciário por vezes esconde casos curiosos e inusitados. Decisões que defendem o direito das lagartixas e ações que cobram o divórcio de um marido morto são apenas alguns dos exemplos.

Muitos desses casos podem ser vistos no livro Pitoresco Judiciário, do advogado capixaba Nacyr Amm, ou nas colunas do antigo jornal da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Espírito Santo (OAB-ES).

"O povo brasileiro gosta de gozação. Até quando o assunto é sério ele presta mais atenção se tem alguma piada envolvida. Como eu presenciei muitos casos quando trabalhava no interior do Estado, resolvi escrever o livro", contou Nacyr que

quando foi induzido por uma cliente viúva a entrar com um pedido de divórcio do marido morto.

"Ela não disse que era viúva, só disse que queria o divórcio. O juiz encaminhou para o Ministério Público que devolveu: se o processo for concessual, providenciar para que o falecido aponha sua assinatura na petição inicial; se for litigioso, indicar o atual endereço onde deverá ser citado o falecido marido, destacando qual o cemitério e número do túmulo", contou, aos risos.

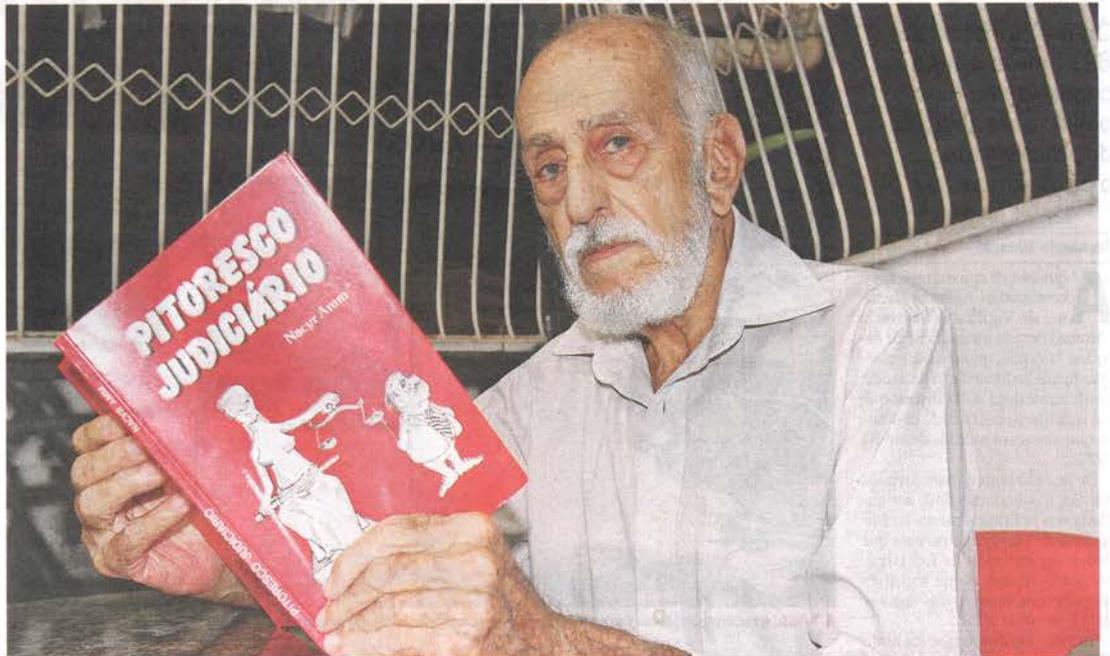
Um caso que ficou bastante conhecido em todo o País é a decisão que defende o direito das lagartixas andarem pelas paredes.

O caso aconteceu no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Na ação, uma consumidora pedia que a empresa pagasse pelo conserto de um ar-condicionado, que queimou depois da entrada de uma lagartixa.

Na ocasião, o juiz deu ganho de causa à comerciante e determinou que a empresa deveria pagar pelo conserto e ainda dissertou sobre o direito das lagartixas. "Uma lagartixa tem todo o direito de circular pelas paredes externas das casas à cata de mosquitos e outros pequenos insetos que constituem sua dieta alimentar", trazia a sentença.

"Inadvertidamente (a lagartixa) entrou no compartimento do motor de um aparelho de ar-condicionado e que causou a sua morte, infelizmente irrelevante neste mundo de homens. (...) Mas afinal, como ela iria saber se não havia barreira ou proteção que o fizesse refletir com seu pequeno cérebro se não seria melhor procurar refúgio em outra toca", completou a decisão.

E Nacyr garante ter novas histórias para lançar uma segunda edição do livro Pitoresco Judiciário.



O ADVOGADO NACYR AMM afirma ter presenciado muitos casos inusitados quando trabalhava no interior do Estado e por isso decidiu escrever um livro

ALGUNS CASOS

A anta de estimação

Chegando para trabalhar em Barra de São Francisco, na década de 1950, Nacyr Amm foi pedir ajuda na casa de um advogado já conhecido na cidade.

"Chegando lá, ele me recebeu e pediu para entrar na casa. No meu primeiro passo vi uma anta de todo o tamanho no meio da sala. Era o animal de estimação dele. Se isso não for pitoresco, não sei o que é."

Física ou jurídica?

Um candidato a trabalhar no Judiciário tinha grande dificuldades em diferenciar pessoas físicas de jurídicas. O examinador, um juiz conhecido, ao ver tal dificuldade, tentou ajudar.

"Aquele seu colega ali é pessoa jurídica?", questionou. "Não", respondeu o candidato. "E eu, sou pessoa jurídica?", voltou a questionar o juiz. "Ah, mas é claro que sim! Não conheço pessoa mais jurídica do que Vossa Excelência", afirmou o desavisado.

Incêndio em Roma

Um juiz, ao fazer visita em uma escola de ensino fundamental, perguntou ao aluno: "Ei, você, quem colocou fogo em Roma?"

"Ah, doutor, não sei. Mas quando descobri eu te falei", disse o aluno pensando ter se livrado de uma acusação.

Eis que a professora ratifica: "Doutor, ele pode ser meio arteiro, mas mentir ele não mente não."



Fogo no fórum é fogo

Certo juiz do interior do Estado que não era muito chegado em trabalhar levava todos os processos para casa — e por lá eles ficavam meses e meses sem solução.

Uma noite, o fórum da cidade pegou fogo e o servente do fórum foi correndo avisar ao Meritíssimo. "Doutor, o fórum está pegando fogo!", avisou.

"Calma, moço. Faça o seguinte: pegue todos os processos lá de casa e leve para o fórum imediatamente", disse o juiz contente, já imaginando a aposentadoria antecipada.

"O que é que eu vou fazer com esse porco no escritório? Ele é o meu chegado e ele vai comigo", esbravejou.

A piscadela do juiz

Eis que a testemunha de um homicídio estava iniciando seu depoimento quando percebeu que o juiz estava lhe piscando o olho a cada pergunta.

A vítima, pensando que o juiz queria aliviar para o lado do réu, desmentiu tudo que havia dito ao delegado. Mal sabia que o Meritíssimo tinha um cacoete dos mais comuns, que é piscar o olho enquanto fala.

O tamanho do assassino

Um magistrado baixinho, e que tinha certo complexo com sua altura, presidia o júri de um homicídio quando convocou uma testemunha.

"Doutor, o assassino era baixinho que nem nós dois", disse a testemunha.

Assim, o juiz corrigiu falando para o escrivão: "Coloque então que era de estatura normal."

Volta a testemunha: "Normal não, doutor, baixinho igual a gente mesmo."

Zero para todo mundo

Eis que uma turma de Direito Civil conseguiu uma prova com antecedência e pediu para um secretário do governo do Estado responder.

Todo mundo copiou as respostas dadas pelo secretário. Mas na hora de receber a nota: zero para todo mundo. "Não sei com quem vocês pegaram essas respostas, essa pessoa não sabe nada de Direito Civil", disse o professor.

Um porquinho no 18º andar

Advogado que sempre atendia moradores do interior do Estado recebeu um porco vivo como pagamento pelos serviços prestados.

Para subir com o bicho no elevador já foi uma dificuldade. Mais tar-

de, quando o advogado tentou descer do 18º andar com o porquinho no elevador a confusão foi armada.

"O que é que eu vou fazer com esse porco no escritório? Ele é o meu chegado e ele vai comigo", esbravejou.

VILA VELHA

Ex-vereador pode ser preso por rachid

Almir Neres foi condenado em 2014 por ter se apropriado de salários de servidores

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

O ex-vereador de Vila Velha Almir Neres, que responde pela prática de rachid – quando o agente político se apropria de todo ou de parte do salário do servidor –, teve recurso negado na Justiça e, a partir de agora, pode ser preso a qualquer momento.

Ele foi condenado ao cumprimento da pena de cinco anos e quatro meses

de detenção, em regime semiaberto, e mais 50 dias-multa.

A condenação de Neres em primeira instância aconteceu em setembro de 2014, mas a decisão determinava que a prisão só seria cumprida quando o processo transitasse em julgado, ou seja, quando não houvessem mais recursos. A expedição de mandado de prisão foi determinada no último dia 30.

A condenação havia sido pelo crime de corrupção passiva e crime continuado, mas na nova sentença o ex-vereador foi enquadrado pelo crime de



GABRIEL LORDÉLLO/ARQUIVO - 13/10/2011

Ex-vereador Almir Neres teve mandato até 2016

peculato, que é a apropriação de dinheiro público para proveito próprio. A pena não foi alterada.

Neres foi vereador de Vila Velha de 2012 a 2016, e o caso veio à tona no primeiro ano de mandato, quando ele foi denunciado pelo Ministério Público Estadual (MPES) por ter em seu gabinete uma “funcionária fantasma” e ainda ficar com os salários e diárias das servidoras, em um valor que chegou aos R\$ 154,2 mil.

DOMÉSTICA

Francisca Pereira da Silva, aos 66 anos, contudo,

contou nos depoimentos que nunca trabalhou na Câmara e era doméstica. Mais tarde, disse que “ajetava” o gabinete, o que fez a Justiça entender que ela entrou em contradição ao tentar comprovar seu vínculo de servidora.

O advogado de Almir Neres, Sebastião Rivelino do Amaral, foi contactado pela reportagem, mas não quis comentar o caso. O ex-vereador não foi localizado por A GAZETA.

No ano passado, Almir Neres disputou a reeleição pelo PDT, mas recebeu apenas 1.841 votos, e não foi reeleito.

Ex-vereador de Vila Velha é condenado por “rachid”

O ex-vereador de Vila Velha Almir Neres (PDT), condenado por receber R\$ 154.283,75 de salários e diárias de uma ex-servidora de seu gabinete, prática conhecida como “rachid”, teve recurso negado pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), na última quinta-feira.

Com a decisão, por maioria dos votos da 1ª Câmara Criminal, Neres deverá agora cumprir pena de cinco anos e quatro meses de prisão em regime semiaberto, quando o condenado precisa passar as noites na cadeia.

Mesmo com a Corte decretando a prisão preventiva, ele não será preso imediatamente, pois ainda cabe recurso no próprio TJ-ES.



ADEMIR RIBEIRO - 26/09/2013

ALMIR NERES ainda pode recorrer

Segundo a denúncia do Ministério Público Estadual (MP-ES), feita em julho de 2013, na 7ª Vara Criminal de Vila Velha, os desvios começaram em 2009, quando o ex-vereador contratou a funcionária para trabalhar em seu gabinete. Os saques mensais foram feitos de forma ininterrupta até 2012.

Almir Neres está viajando e não foi encontrado pela reportagem para comentar o assunto até o fechamento desta edição. Segundo o advogado Rivelino Amaral, que defende Neres, um recurso será protocolado na segunda, questionando a necessidade de prisão do cliente, já que ele compareceu a todos os atos do processo.

Terceirização vai criar mais empregos e reduzir salários

Especialistas apontam aspectos positivos e negativos com a lei que libera modalidade de contratação para todas as atividades

Heloiza Camargo

Sancionada parcialmente pelo presidente Michel Temer, a Lei da Terceirização está longe de ser inquestionável. Para alguns especialistas, a terceirização das atividades-fim vai reduzir os salários dos trabalhadores. Por outro lado, para outros, ela vai ajudar na criação de empregos.

Um dos defensores da ideia da redução salarial é o juiz titular da Terceira Vara do Trabalho de Vitória, Marcelo Tolomei Teixeira.

“A característica desta terceirização não é apenas de redução de salários, mas também da quantidade de horas extras”, frisou.

trado, a empresa principal fica “livre”, em tese, de maiores compromissos, passando as obrigações trabalhistas para uma rede de empresas prestadoras de serviço. “É isso que precarizar as relações de trabalho”, criticou.

O advogado trabalhista Ben-Hur Brenner Farina apontou, ainda, que a empresa principal ao contratar outra para a prestação de serviço de mão de obra, deixa de ter que lidar com o sindicato majoritário daquela categoria.

“Uma empresa de construção civil, por exemplo, cujo sindicato dos trabalhadores é sabidamente forte, não terá, com a terceirização das atividades-fim, mais vinculação com essa categoria majoritária, mas sim com a categoria de prestação de serviço de locação de mão de obra, cujo sindicato é menos representativo”, afirmou.

No entanto, economistas, empresários e outros especialistas que defendem a terceirização irrestrita afirmam que ela será a responsável por destravar a economia do País e criar mais empregos.

“Tudo o que for feito para flexibilizar a contratação de funcionários vai ser benéfico para a economia. Essa flexibilização que a terceirização permite vai facilitar novas contratações”, analisou o diretor da CDL Cariacica, José Antônio Pupim.

O presidente Michel Temer afirmou na última semana que as novas regras são “de uma simplicidade extraordinária”.

“Se houver necessidade de uma salvaguarda, além daquelas que já estão no texto da lei, nós faremos. O que queremos é modernizar toda a legislação trabalhista de modo a ampliar cada vez mais o emprego”, afirmou o Presidente.



O JUIZ MARCELO TOLOMEI prevê que haverá maior quantidade de horas extras com a nova lei da terceirização

ENTENDA

O que muda com a nova legislação

O que é a terceirização

> É QUANDO UMA empresa contrata outra para realizar serviços para ela. A prestadora emprega uma equipe. Por isso, não há vínculo empregatício entre a empresa que contratou o serviço e os trabalhadores que realizam a atividade.

Como era

> ATIVIDADE: A Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que servia de base para decisões judiciais na área, determinava que a terceirização só deveria ser dirigida a atividades-meio, que são as atividades de apoio, como limpeza, telefonia, segurança e informática.

> EXEMPLO: uma montadora não podia terceirizar o serviço de metalúrgicos. Eles deveriam ser contratados



TRABALHO em banco: mudanças

diretamente por ela, assim como os bancários deveriam ser contratados pelos bancos.

Como passa a ser

> ATIVIDADES: a terceirização, sancionada por Temer, passou a ser permitida para qualquer área, ampliando a regra para as chamadas atividades-fim, que são as principais de empresas. Dessa forma, toda a atividade da empresa pode ser feita por trabalhadores contratados por prestadoras de serviço.

> EXEMPLO: nas montadoras, que quer atividade poderá ser terceirizada, incluindo as funções principais como as de metalúrgicos nas etapas de montagem dos veículos.

Fonte: Pesquisa AT.

ANÁLISE

“Renda menor apenas para mão de obra abundante no mercado”

“A questão da terceirização é uma tendência global nas últimas décadas, que permite aos empresários concentrarem seus esforços em suas competências essenciais, qualificando ainda mais seus resultados e economizando não só recursos financeiros, mas, principalmente, recursos humanos e seu capital intelectual.

É preciso construir modalidades

de auditoria e controle que evitem inconformidades e desperdícios. Esse fluxo produtivo permite, inclusive, gerar mais empregos diversificados e com leis trabalhistas mais flexíveis e oxigenadas pela competição mercadológica.

Em muitas situações, os salários podem até ser maiores, pois as empresas concessionárias desses serviços precisam atrair pessoas qua-

lificadas com a oferta de melhores salários.

Porém, em várias outras, existe a possibilidade de esses salários serem menores, especialmente onde a oferta de mão de obra é mais ampla e abundante. Dependendo da situação conjuntural, a terceirização pode ser um fator de manutenção do nível de empregos e até, quem sabe, aumentá-lo”.

Antônio Marcus Machado, economista



Gerente gay é demitido após postar vídeo com noivo

Após divulgar pedido de casamento pelo Facebook, funcionário é demitido do banco Itaú. Instituição, em nota, nega homofobia

Rayza Fontes

Um pedido de casamento publicado nas redes sociais pode ter sido responsável pela demissão de um gerente do banco Itaú, em São Paulo.

Poucos dias após publicar no Facebook um vídeo no qual é pedido em casamento pelo noivo, o funcionário foi demitido e contou que sua gestora justificou o desligamento por "motivo de postura".

A denúncia de homofobia foi levada ao Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo, que fez uma denúncia contra o banco.

Segundo o sindicato, o funcionário batia as metas estipuladas, tanto que ganhou, em um ano e meio, dez prêmios por desempenho no Itaú.

"Ganhei prêmios em praticamente todos os meses em que trabalhei após o período de treinamento. Foi muito decepcionante porque eu gostava da empresa. A postura que eles falavam era sobre eu ser gay, sobre meu jeito extrovertido. De forma bem discreta, eles diziam: 'seja mais homem'", disse o ex-gerente em entrevista a um jornal de São Paulo.

Com receio de ter dificuldades em conseguir novo emprego na área, o rapaz pediu para não ter a identidade revelada. Hoje ele move ação trabalhista contra o banco por danos morais e discriminação.

O ex-gerente é formado em Administração, tem pós-graduação em Gestão e trabalhava no Núcleo de Relacionamentos de Gerentes do Itaú Unibanco.

Ele afirmou ainda que há meses recebia intimações de sua gestora para "melhorar a postura" – entre as orientações, usar ternos, calças e camisas "menos justos".



ITAÚ foi acusado de discriminação, mas disse em nota que ex-funcionário foi demitido por outro motivo

Por nota, o Itaú Unibanco declarou que a demissão do gerente, que ocorreu no dia 10 de março, não foi por discriminação e que repudia situações de homofobia, dentro ou fora da instituição. E informou ainda que não poderia esclarecer a questão "por motivos de confidencialidade".

O juiz titular da Terceira Vara do Trabalho de Vitória, Marcelo Tolomei, contou que no Estado há vários casos de trabalhadores que acionam a Justiça alegando demissão por discriminação sexual. Porém, ele explicou que é necessário comprovar a discriminação.

“A postura que eles falavam era sobre eu ser gay. De forma bem discreta, eles diziam: 'seja mais homem'”

Ex-gerente do banco Itaú

Estados Unidos aprovam lei contra a discriminação

Uma sentença inédita de um tribunal federal de apelações nos Estados Unidos estabeleceu, na última quarta-feira, que os donos de empresas não podem discriminar funcionários com base em sua orientação sexual.

A decisão tomada pela Corte de Apelações do Sétimo Circuito em Chicago ampliou as proteções da Lei de Direitos Civis de 1967 contra a discriminação de gênero para incluir os empregados LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgênero) no local de trabalho.

A decisão foi relativa ao caso de uma professora, Kimberly Hively, que processou seu antigo empregador, o Ivy Tech Community College de Indiana. Segundo Hively, a instituição lhe negou promoções e

depois a demitiu por ser lésbica.

A sentença contradiz a decisão de um tribunal de apelações de Atlanta que concluiu, há três semanas, que os trabalhadores homossexuais não estão protegidos por leis antidiscriminação.

Por oito votos a favor e três contra, o tribunal concluiu que, apesar de que o Congresso não teve, originalmente, a intenção de incluir a orientação sexual na Lei de Direitos Civis, a proibição à discriminação de gênero se estende às pessoas LGBT.

Associações de direitos dos homossexuais consideraram um avanço na luta pela igualdade de condições trabalhistas. "É uma vitória monumental para a equidade no trabalho", disse Sarah Warbelow, da Human Rights Campaign.

Pastor acusado de mais dois estupros

A Justiça expediu mais dois mandados de prisão preventiva contra o pastor Ernestino Cândido Filho, 38 anos, o pastor Lê.

Ele foi preso em janeiro por abuso sexual de fiéis em Vila Velha. Segundo a polícia, ele alegava expulsar demônios para cometer os crimes. Lê está preso após três mandados de prisão.



ERNESTINO preso por abusos



vvogas@redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



CENA POLITICA

Na cerimônia de inauguração da nova sede da Promotoria de Justiça de Vila Velha, semana passada, o governador Paulo Hartung lembrou uma data importante ao final do discurso em que enumerou realizações recentes do governo: “Neste mês de abril vou fazer

60 anos, com essa carinha de menino”. Em seguida, deu uma pausa e soltou o já tradicional pedido: “Podia ter uma palminha aí pra mim... não tem um amigo aí pra dar uma força?” Houve vários risos e palmas. Afinal, quem é que vai se recusar?

PM já tem ordem de desocupação

A Polícia Militar informou que está em contato com a Justiça para retirar 2 mil pessoas que invadiram terreno em Vitória

Rayza Fontes

A Polícia Militar (PM) recebeu a notificação oficial sobre a reintegração de posse do terreno localizado entre os bairros Universitário e Grande Vitória, na capital, onde aproximadamente duas mil pessoas estão acampadas há cerca de duas semanas.

Por nota, a Polícia Militar explicou que já está em contato com um oficial de Justiça para tomar as providências cabíveis para que a desocupação do terreno aconteça, de forma pacífica e com segurança, o mais breve possível.

O terreno fica às margens da rodovia Serafim Derenzi e tem cerca de 140 mil metros quadrados. No local, os ocupantes se revezam dia e noite em barracas e já separam lotes para a construção de padarias, igrejas e casas.

Placas indicando nomes dos ocupantes também podem ser vistas no local. Um dos líderes da ocupação disse que o movimento é pacífico e que as famílias estão em busca de uma nova vida, sem dívidas com aluguel.

Segundo ele, a invasão começou porque algumas pessoas souberam que o local não tinha documentação de posse e iria à leilão por problemas no pagamento de impostos.

DOCUMENTAÇÃO

Um dos integrantes da família Nunes, proprietária da área, contou que a Justiça foi acionada no momento em que o terreno foi invadido e que eles possuem toda a documentação necessária para comprovar a posse da propriedade.

“Nós estamos nos mobilizando de todas as formas com a ajuda da Justiça, porque temos provas de que o terreno nos pertence. Os impostos estão em dia. Agora estamos nas mãos de Deus e da Justiça”, disse ele.

O proprietário, que pediu para não ser identificado, contou ainda que a família está preocupada não só com a ocupação, mas principalmente, com a destruição da mata nativa no local.

Segundo a família, árvores estão sendo derrubadas e queimadas durante a noite.



ÁREA invadida em Vitória

Risco de explosão

Em Cachoeiro, um posto de combustível no bairro Guandu vem dificultando o trânsito. Aí está o risco: veículos e pedestres transitam numa pista que passa sobre quatro tanques de combustíveis antigos. A movimentação, na avaliação do Ministério Público, representa risco de explosão e incêndios. O posto alega que está naquele espaço desde 1923, bem antes de qualquer outra edificação na área, com exceção da estação ferroviária. O caso está há 10 anos na Justiça. Duplo absurdo!

BR-101

Valor do pedágio discutido na Serra

A Comissão Externa de Fiscalização da Concessionária Eco-101 vai realizar hoje, na Câmara Municipal da Serra, um debate sobre reajuste do pedágio da BR-101, o desequilíbrio econômico-financeiro no contrato e os problemas observados nas fiscalizações do Tribunal de Contas da União (TCU) em contratos de concessão de rodovia, no contrato da BR-101/ES.

O deputado federal Sérgio Vidigal, participante da comissão de fiscalização da concessão, explicou que o fórum de debates foi motivado pela divulgação de um relatório do TCU apontando possíveis irregularidades e também para discutir se os usuários do sistema estão sendo prejudicados.

“O relatório aponta claramente

que as obras estão atrasadas. Percebeu-se que alguns investimentos previstos no contrato não foram concluídos. O que mais preocupa no momento é a construção das passarelas e a duplicação da pista nos trechos licitados”, disse o deputado.

O evento acontece a partir das 8h30 e já estão confirmados o diretor-superintendente da Concessionária ECO 101, Roberto Paulo Hanke, representantes do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis no Espírito Santo (Ibama/ES), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (DER), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Ministério Público Federal.

KADIDJA FERNANDES - 07/03/2017



PEDÁGIO NA BR-101: integrantes da comissão de fiscalização da concessão da Eco-101 se reunirão hoje na Câmara Municipal da Serra